

**ATA Nº 10 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA  
IGUALDADE RACIAL DE JOINVILLE - COMPIR - 7/10/2025**

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, no Auditório Dona Francisca, anexo ao Museu Nacional de Imigração e Colonização, situado na Rua Rio Branco, 229 - Centro, Joinville-SC - CEP 89201-080, reuniram-se os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Joinville - COMPIR, convocados pela Presidenta Sra. Estefany Cristine de Moura dos Passos, no uso de suas atribuições legais, para a Reunião Ordinária, com a presença da sociedade joinvilense. A mesa diretora do conselho verificou o quórum e registrou-se a presença dos seguintes participantes:

**Governamental:** Eliane da Silva Maria Gelain, Cleiton José Barbosa, Jandinara Cristina Soares, Pricilla Falconi Vieira, Francielle Chiapparini Stefanski e Jamile Jeremias de Oliveira. **Não Governamental:** Estefany Cristine de Moura dos Passos, Josiane Neves da Silva Sant'Anna, Eliete Cristiane Costa Otto, Evanira Maçaneiro, Igor Henrique Moreira Martins, Domingos Amândio Eduardo, Jucélio Manoel Narciza, Gabriela Fayane Correa, Ariany Zulay Caracas Uribe, Ismaila Diallo, Olívio Cristino, Luiz Evandro Cardoso, Marlene Silva da Costa, Alberto Arno Bayer, Debora Katia Carvalho Lima e Marli Teresinha Cardoso Narciza. **Convidados e visitantes:** Arthur Narciza e Vanessa Cardoso Pacheco. **Unidade de Apoio aos Conselhos:** Luciane Piai. **Justificado Governamental:** Mauro Luiz da Luz, Vitor Rafael da Costa, Simone Kalbusch, Fernanda Rasweiler Blau, Jorge Luis Araújo de Campos e André Luis Maciel Pimpão Pimentel. **Justificado Não Governamental:** Denísia Martins Borba. Iniciando os trabalhos, a Presidenta Estefany realizou a acolhida, dando boas-vindas aos presentes, sendo acordado com a secretaria executiva antecipar a pauta da Sra. Vanessa Cardoso Pacheco, da Secretaria de Saúde. Em seguida, a Presidenta entregou uma homenagem ao Sr. Olívio Cristino como Mestre de Cultura, pela Secretaria de Cultura, sendo a homenagem ovacionada pelos presentes. Dando prosseguimento, passou-se à apresentação dos novos conselheiros eleitos no Fórum Eleitoral Complementar, sendo registrado que as apresentações ocorreram após o item quatro da pauta, devido ao atraso dos conselheiros. Apresentaram-se: Evanira, representante da cadeira de empreendedorismo; Débora, representante das religiões de matriz africana; Eliete, titular da cadeira juventude, que atua na educação fundamental e manifestou seu apreço por participar do COMPIR; Marlene, assistente social, servidora pública há sete meses, que ocupará a cadeira dos povos originários e ciganos, pertencente ao Povo Apiaká, trazendo sua etnia Tupy Guarani, da divisa entre Pará e Amazonas, compartilhou em sua apresentação detalhes de ser indígena integrada; Gabriela, representante de grupos e comunidades culturais pelo Kênia Clube, fez considerações sobre a importância do Kênia; Alberto, representante das religiões de matriz africanas, que justificou o atraso por confusão de horário, descrevendo-se como arquivo vivo sobre as lutas das religiões de matriz africana; Domingos, imigrante africano, advogado e pastor, em sua primeira participação na luta do povo negro no COMPIR, fala sobre sincretismo religioso na África e movimento Panafricanismo, mencionando o lançamento do seu livro sobre racismo; e Luiz, professor no Beco do Caminho Curto, que relatou ter sofrido racismo em igreja evangélica, fez autoafirmação considerar-se quilombola de São Francisco, falando sobre ancestralidade e a necessidade dos alunos da comunidade assumirem protagonismo. A Presidenta Estefany destacou a importância da reafirmação e do "enegrecimento" como compromisso com o povo negro e letramento racial. Na sequência, a Presidenta colocou em votação a ata número nove da reunião ordinária de dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, que foi enviada por e-mail. Não havendo observações, a ata foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, Vanessa, representante delegada por Joinville na V CONAPIR, apresentou relatório sobre sua participação no evento. A Delegação de quase trinta pessoas de Santa Catarina, V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada dentre os dias quinze a dezenove de setembro de dois mil e vinte e cinco, oitenta por cento dos participantes da sociedade civil, dividiram-se em três eixos com participação no GT cinco, nove propostas discutidas sendo três de Santa Catarina, apenas uma proposta sobre saúde da população negra. Estrutura bem organizada do evento, quarenta e cinco propostas aprovadas ao final, menção ao movimento Sônia Livre e à Marcha das Mulheres Negras que acontecerá de vinte e cinco de novembro em Brasília; discussão sobre manifesto Sankofa e ancestralidade, e implementação da ODS dezoito no Brasil para diminuir desigualdade racial. Domingos comentou sobre a baixa representatividade de juizes negros, apenas 1% do sistema judiciário tem essa origem étnica. Vanessa complementou informando que o evento envolveu mil e quinhentos

62 delegados e quinhentos convidados, sendo 85% da sociedade civil, com debates em três eixos  
63 principais de democracia, justiça racial e reparação, destacando desafios do formato como  
64 escassez de materiais e complexidade das discussões, além do desgaste nos grupos de trabalho,  
65 ressaltando a necessidade de ampliar a atuação em saúde da população negra como tema ainda  
66 incipiente na política pública nacional. Informando que a delegação estadual planeja reuniões  
67 pós-evento para avaliar e replicar as propostas localmente, sendo apresentadas e aprovadas  
68 moções importantes incluindo denúncias e reconhecimento da luta por igualdade como o caso da  
69 Sônia Livre, vítima de escravidão contemporânea em Santa Catarina, evidenciando a urgência de  
70 ações judiciais e sociais para garantir direitos fundamentais à população negra, abordando  
71 também a Marcha das Mulheres Negras em novembro para reforçar a articulação nacional e local  
72 para participação e visibilidade, oficializando o monitoramento da ODS18 como ferramenta nova e  
73 exclusiva do Brasil para uso estratégico na promoção de políticas e captação de recursos,  
74 destacando a importância de incorporar a ODS18 em discussões e nas comunidades para  
75 aumentar a visibilidade e financiamento de ações. Em seguida, procedeu-se à eleição de membro  
76 da Mesa Diretora, sendo que a Presidenta explicou a importância do cargo de vice-presidente  
77 para representatividade do COMPIR. Candidataram-se Evanira, que obteve oito votos e Eliane,  
78 que obteve onze votos, sendo Eliane eleita Vice-Presidente do COMPIR, com mandato até dois  
79 mil e vinte e sete, sendo destacado que o papel do vice inclui representar a presidência em  
80 assinaturas digitais, eventos e reuniões, garantindo continuidade operacional, com a Presidenta  
81 Estefany destacando a necessidade de um vice ativo para mediar reuniões e dividir  
82 responsabilidades administrativas, visando evitar descontinuidade e fortalecer a representação do  
83 conselho em eventos públicos e oficiais, reforçando o compromisso de engajamento dos  
84 conselheiros recém-eleitos para ampliar a atuação do conselho. Dando continuidade, passou-se à  
85 aprovação dos integrantes das Comissões do COMPIR, com resolução, sendo formalizados os  
86 três grupos de trabalho para aprimorar a atuação nas áreas estratégicas e legais. A Comissão de  
87 Legislação ficou composta pelos membros Alberto, Domingos, Denísia, Cleiton, Estefany, Igor,  
88 Luiz, Marili, Pricilla e Eliane, sendo Eliane a coordenadora, tendo foco na atualização e adequação  
89 do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial e em proposições jurídicas. A Comissão de  
90 Educação e Fiscalização, com função de receber denúncias de racismo e questões raciais, ficou  
91 composta pelos membros Jandinara, Diallo, Olívio, Elaine, Estefany, Rhuan, Josiane, Débora,  
92 Gabriela, Evanira e Cristiane, sendo Jandinara a coordenadora, visando monitorar políticas  
93 públicas, denúncias de racismo e ações educativas, envolvendo professores e representantes  
94 comunitários. A Comissão de Comunicação ficou composta pelos membros Estéfany, Pricilla,  
95 Franciele, Jorge, Marlene e Simone, não sendo definido o coordenador, sendo reforçada para  
96 articular campanhas, redes sociais e material gráfico institucional para ampliar o alcance do  
97 conselho, atuando também na gestão do Instagram e na criação de campanhas permanentes para  
98 ampliar o engajamento e a mobilização comunitária, buscando membros com acesso a  
99 computador e habilidades para contribuir com pautas e estratégias digitais. Cada grupo tem  
100 coordenadores definidos, reuniões mensais previstas e a obrigação de reportar suas ações à  
101 mesa diretora para acompanhamento. A reunião reforçou a importância da integração dos novos  
102 conselheiros e da participação ativa, com discursos motivacionais de membros como Alberto, pai  
103 de santo com cinquenta anos de atuação, e Pastor Domingos, imigrante africano e pastor, que  
104 reforçaram a diversidade cultural e religiosa do conselho, destacando que o conselho é um  
105 espaço plural que inclui indígenas, quilombolas, imigrantes e pessoas de religiões diversas,  
106 devendo promover uma unidade estratégica apesar das diferenças culturais e históricas, visando  
107 fortalecer a representatividade negra e afrodescendente, com a fala de Domingos sobre o racismo  
108 estrutural e o lançamento de seu livro evidenciando o interesse em ampliar o debate público e  
109 acadêmico dentro e fora do conselho, incluindo a integração de novos membros com formação e  
110 preparação de suplentes para garantir a continuidade das ações. Procedeu-se então às  
111 avaliações das Audiências Públicas. Sobre Religião de Matriz Africana, Alberto relatou reunião na  
112 Câmara de Vereadores sobre o PL/50/2025, referente à proibição de descarte de materiais em  
113 cemitério em vias públicas, sendo formado um grupo de trabalho com os líderes religiosos com:  
114 Jacila, Dilene e Alberto para alterações na lei (Junto ao vereador Diego Machado), tendo a última  
115 reunião com o vereador Diego Machado ocorrido em seis de outubro, destacando-se a  
116 necessidade de trabalhar educação sobre religiões de matriz africana, sendo informado que o  
117 projeto gerou forte resistência por impactar práticas de religiões de matriz africana, sendo alvo de  
118 audiência pública conflituosa e revisão jurídica, com o vereador proponente afirmando que a lei  
119 não é racial. No entanto, o conselho identificou que a linguagem e a motivação remetem a  
120 políticas de "limpeza racial", exigindo ajustes para evitar discriminação, trabalhando o grupo  
121 jurídico do conselho na reformulação da minuta para contemplar direitos religiosos e evitar  
122 retrocessos legais. Reafirmando a necessidade de maior presença política e jurídica do conselho  
123 para proteger direitos civis e culturais, fortalecendo a interlocução com advogados externos para

124 defender contra corporativismos institucionais que dificultam avanços. A Audiência Pública sobre  
125 Habitação, foi discutida a questão das desapropriações na comunidade Juquiá, uso de drones  
126 para identificar ocupações, destruição de casas de alvenaria, sendo abordada a diferenciação  
127 entre invasão e ocupação, sendo informado que Joinville enfrenta uma lista de espera de vinte e  
128 um mil pessoas para moradia digna, mas apenas cento e vinte e cinco unidades foram entregues  
129 até o momento em dois mil e vinte e cinco, evidenciando grave déficit habitacional, tendo a  
130 prefeitura captado recursos internacionais para projetos como o do Morro do Meio, mas políticas  
131 de desapropriação e demolição continuam afetando comunidades tradicionais. Utilizando drones  
132 para monitorar ocupações, caracterizando uma política de remoção sistemática, destacando-se a  
133 diferença entre invasão e ocupação para defender os direitos das comunidades que constroem  
134 habitações permanentes em áreas desocupadas, planejando o grupo continuar a pressão política  
135 para garantir direitos e denunciar práticas que violam a dignidade dessas populações. A Audiência  
136 Pública sobre os atendimentos da Maternidade Darcy Vargas, foram relatadas muitas violências  
137 contra as mães e os bebês, foi uma audiência considerada complexa e muito impactante. Os  
138 conselheiros relataram diversas denúncias de racismo e violência institucional, inclusive em  
139 escolas e no mercado de trabalho, com baixa formalização e desconhecimento da população  
140 sobre canais de denúncia, sendo informado que a Guarda Municipal registrou apenas dois casos  
141 de racismo em escolas, indicando subnotificação e necessidade de maior conscientização,  
142 planejando o conselho criar um sistema de registro e acompanhamento das denúncias para  
143 fortalecer o enfrentamento e mobilização comunitária. Foi aprovada pela plenária o folder  
144 institucional que orienta sobre como identificar e denunciar racismo em sua completude  
145 apresentada pela presidenta (alusivo à marcha das mulheres negras). Tratando da Semana da  
146 Consciência Negra de novembro de dois mil e vinte e cinco, foi feito planejamento para  
147 apresentações no COMPIR, sendo que o movimento de novembro será a Marcha das Mulheres  
148 Negras. O Rhuan participou de encontro na UDESC sobre manutenção das cotas, e Josiane  
149 relatou insegurança em Joinville para discussão de demandas no Conselho (espaço não seguro  
150 devido sistema de vigília governamental). Sendo informado que a Semana da Consciência Negra  
151 terá foco na Marcha das Mulheres Negras em Brasília, com o conselho priorizando o apoio e  
152 visibilidade às mulheres negras, sendo produzido um manifesto das mulheres negras do COMPIR  
153 para apresentar em Brasília, fortalecendo a voz política e o reconhecimento local, optando o  
154 conselho por não mobilizar ações locais específicas por limitações de recursos, focando na  
155 articulação nacional, incluindo a programação eventos culturais, oficinas e rodas de diálogo, com  
156 convite aberto a mulheres negras conselheiras para participação ativa, reforçando a estratégia de  
157 priorizar ações com maior impacto simbólico. Foi registrado o item sobre Mobilização do  
158 Legislativo Estadual contra as cotas nas universidades, sendo identificado um cenário de  
159 retrocessos políticos e dificuldades no estado, com destaque para o aumento das resistências  
160 contra políticas afirmativas e a necessidade de maior mobilização para defender direitos  
161 conquistados, citando casos de vinte e um votos dos deputados estaduais contrários às cotas  
162 raciais em universidades federais em Santa Catarina, com tentativas de substituição por cotas  
163 socioeconômicas, representando a retirada das cotas raciais um retrocesso que ameaça a  
164 inclusão e a diversidade acadêmica. O conselho avalia a necessidade de emitir moções de  
165 repúdio e realizar ações simbólicas para manifestar descontentamento, mostrando a conjuntura  
166 política estadual um cenário de desmantelamento progressivo das políticas públicas de igualdade  
167 racial, reforçando a resistência política com a urgência do fortalecimento das redes locais e da  
168 articulação com o movimento nacional. Sobre a Trilha dos Conselheiros do mês de outubro, foram  
169 definidas as datas: três de outubro de dois mil e vinte e cinco, das oito às onze horas, com tema  
170 Políticas Públicas no CAC; vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e cinco, das oito às onze  
171 horas, para apresentação dos Conselhos Municipais do Idoso e Políticas para as Mulheres, na  
172 Rua Afonso Penna, número oitocentos e quarenta, Bucarein; e cinco de dezembro de dois mil e  
173 vinte e cinco, das oito às onze horas, com responsabilidade do COMPIR: conselheiros Estefany e  
174 Igor e apresentação de mais dois conselhos: COMSEAN e COMDE, sendo confirmada a  
175 participação em formações sobre políticas públicas com foco na integração do COMPIR aos  
176 demais conselhos municipais, incluindo os eventos apresentação das dinâmicas do COMPIR e  
177 debates sobre segurança alimentar e direitos da pessoa com deficiência. Visando a articulação  
178 entre os Conselhos, o Conselho de Assistência Social está criando redes de cooperação  
179 interconselhos para fortalecer a atuação política e social. Buscando o conselho delegados  
180 responsáveis para representar o COMPIR em cada evento, dividindo as responsabilidades para  
181 ampliar a participação, sendo a formação contínua vista como imprescindível para capacitar  
182 conselheiros novos e veteranos. Foi informada a realização da Quarta Conferência Municipal de  
183 Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville em quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco,  
184 das oito horas e trinta minutos às dezessete horas, na Faculdade Anhangüera. Nos assuntos  
185 gerais, Estefany comunicou a aprovação de verba para a Marcha das Mulheres Negras, a

186 aprovação de material gráfico. Alberto mencionou questões sobre o CENSO, sendo informado que  
187 o material está pronto, e foi definida a organização de exibição do filme "Medida Provisória",  
188 aberta ao público para discussão sobre expressão social, ficando responsáveis pela organização  
189 Igor, Domingos e outros. Foi aprovado o material gráfico institucional, incluindo folders, banner e  
190 faixa, que será usado na Marcha das Mulheres Negras e outras ações públicas, trazendo o folder  
191 informações sobre o conselho, a lei antifascismo racial Lei sete mil setecentos e dezesseis, canais  
192 de denúncia e orientações para vítimas de racismo, usando o banner as cores e símbolos do  
193 COMPIR com frases de impacto como "A igualdade racial não é escolha, é justiça" para reforçar a  
194 identidade visual, tendo a faixa da marcha o tema "Nosso grito nasce no sul, a voz das mulheres  
195 negras ecoa por justiça e bem viver", conectando regionalidade e luta nacional, visando o material  
196 fortalecer a imagem do conselho e ampliar o alcance da mensagem contra o racismo em eventos  
197 e redes sociais, pretendendo o conselho usar o material gráfico para reforçar o diálogo com a  
198 população e órgãos públicos, ampliando a participação social, sendo a comunicação vista como  
199 ferramenta essencial para combater o desconhecimento das leis e estimular denúncias e ações  
200 coletivas, reforçando a inserção do conselho em eventos culturais e educacionais, o vínculo com a  
201 comunidade negra e com aliados. O conselho também debateu a necessidade de fortalecer a  
202 união dos movimentos negros locais e ampliar a mobilização comunitária, combatendo a  
203 fragmentação dos grupos, destacando a existência de pelo menos cinco a seis movimentos  
204 negros em Joinville que ainda não articulam entre si, sendo a unidade vista como essencial para  
205 enfrentar os desafios estruturais e ampliar o poder de negociação política, estimulando a  
206 aproximação entre diferentes líderes e segmentos culturais e religiosos para garantir  
207 representatividade ampla, dificultando a falta de união a defesa dos direitos e potencializando o  
208 isolamento das comunidades marginalizadas. Foi ressaltada a invisibilidade política e o baixo  
209 letramento da população negra em relação às instituições públicas, o que dificulta a participação e  
210 a defesa dos direitos, tendo a população dificuldade em compreender e interagir com o sistema  
211 político, enquanto representantes eleitos usam o conhecimento institucional para travar avanços,  
212 propondo o conselho a realização de atividades de formação política e cultural para ampliar a  
213 conscientização e o protagonismo comunitário, sendo eventos culturais como o filme "Medida  
214 Provisória" sugeridos como ferramentas para sensibilizar e mobilizar a sociedade civil, sendo a  
215 construção de um movimento unificado e fortalecido vista como caminho para superar as barreiras  
216 impostas pelo racismo estrutural. A necessidade de enfrentar o corporativismo e o racismo  
217 institucional foi destacada, com exemplos em audiências públicas, legislações e ações  
218 governamentais que dificultam avanços, visando a atuação conjunta do conselho, grupos jurídicos  
219 e movimentos sociais enfrentar esses entraves e garantir direitos fundamentais, sendo a  
220 mobilização contínua e o monitoramento das políticas públicas fundamentais para impedir  
221 retrocessos e promover justiça racial, reforçando o conselho o compromisso de atuar como voz  
222 legítima das comunidades negras e afrodescendentes na esfera pública, exigindo o contexto  
223 político estratégias multifacetadas, incluindo diálogo, denúncia e mobilização social. Nada mais  
224 havendo a tratar, a Presidenta encerrou a reunião. Não havendo mais nada a tratar, a presidenta  
225 Estéfany encerrou a reunião. Eu, Cleiton José Barbosa, secretário desta reunião, lavrei a presente  
226 ata, que será assinada eletronicamente pela Presidente do COMPIR. A lista de presença  
227 encontra-se arquivada junto à ata original na secretaria executiva do Conselho, em obediência aos  
228 regramentos de proteção de dados pessoais, e será disponibilizada mediante solicitação de  
229 órgãos fiscalizadores, com justificativa e respaldo legal.

230

Documento assinado digitalmente  
 ESTEFANY CRISTINE DE MOURA DOS PASSOS  
Data: 05/12/2025 16:09:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

231

232

Estéfany Cristine de Moura dos Passos

233

Presidenta do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Joinville